



ACESSIBILIDADE LINGÜÍSTICA NA TELEVISÃO PARA PESSOAS SURDAS: DIREITO À CULTURA E SAÚDE

LANGUAGE ACCESSIBILITY ON TELEVISION FOR DEAF PEOPLE: RIGHT TO CULTURE AND HEALTH

Yasmin Moraes e Castro Mota¹, Giovanna de Souza Cordeiro², Maria Alice Possani³, Nubia Garcia Vianna^{4*}

¹Acadêmica do Programa de Residência Multiprofissional: Promoção da Saúde e Cuidado na Atenção Hospitalar da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FM/USP), Pacaembu (SP), Brasil; ²Acadêmica do Curso de Graduação em Fonoaudiologia da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas (FCM/UNICAMP), Campinas (SP), Brasil; ³Docente do Departamento de Artes Cênicas do Instituto de Artes da Universidade Estadual de Campinas (DAC/IA/UNICAMP), Campinas (SP), Brasil; ⁴Docente do Departamento de Desenvolvimento Humano e Reabilitação da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas (DDHR/FCM/UNICAMP).

*Autor correspondente: Nubia Vianna – Email: nvianna@unicamp.br

Recebido: 07 Nov. 2024

Aceito: 19 Jan. 2025

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.



RESUMO: Objetivo: Analisar a acessibilidade para as pessoas surdas em ambiente televisivo e o acesso às informações de saúde por meio da televisão. Metodologia: Foi realizada pesquisa qualitativa, com entrevistas semiestruturadas com 10 participantes (pessoas surdas e jornalistas de emissoras locais), por meio de plataforma virtual, posteriormente transcritas para análise, utilizando técnicas da Análise de Conteúdo. Resultados: A maioria dos entrevistados surdos apresentou queixas em relação à acessibilidade linguística na televisão. A análise dos jornalistas entrevistados demonstrou insuficiência de acessibilidade na programação. Como não há críticas acerca disto, os jornalistas e emissoras não acreditam que seja um problema social. Conclusão: a acessibilidade para as pessoas surdas em ambiente televisivo é escassa, o que destaca uma lacuna informacional na vida destas pessoas que estão postas à margem da sociedade, principalmente, quando colocado em pauta o acesso à televisão como meio cultural, com ênfase para as informações de saúde, tão relevantes em períodos como a pandemia de COVID-19.

PALAVRAS-CHAVE: Acessibilidade comunicacional. Direito à saúde. Direitos culturais. Surdez.

ABSTRACT: Purpose: To analyze the accessibility in television environments for deaf people and their access to health information through television. Methodology: A qualitative study was conducted via a virtual platform with semi-structured interviews with 10 participants (deaf individuals and journalists from local broadcasters), and later transcribed for analysis using Content Analysis techniques. Results: Most of the deaf participants reported complaints regarding linguistic accessibility on television. The analysis of the participating journalists showed insufficient accessibility in programming. As there are no criticisms about this, journalists and broadcasters do not believe it to be a social problem. Conclusion: Accessibility for deaf individuals in the television environment is scarce, representing an informational gap in the lives of these individuals who are marginalized from society, especially when considering access to television as a cultural medium, with an emphasis on health information, which is particularly relevant during periods such as the COVID-19 pandemic.

KEYWORDS: Communicational accessibility. Cultural rights. Deafness. Right to health.

INTRODUÇÃO

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)¹, realizada em 2022, apontou que no Brasil residiam cerca de 18,6 milhões de pessoas com deficiência, com dois anos ou mais de idade, sendo que desses, 1,2% apresentavam dificuldade para ouvir. No mundo, a Organização Mundial da Saúde indica que mais de 1,5 bilhão de pessoas têm algum déficit auditivo².

Após quatro décadas de inúmeras denúncias de movimentos sociais de pessoas com deficiência do mundo inteiro sobre violações de direitos humanos, nos mais variados âmbitos da vida social, a Organização Nacional das Nações Unidas (ONU) decidiu elaborar um tratado internacional contemplando este segmento populacional³.

O documento conhecido como Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e seu Protocolo Facultativo⁴, foi apresentado na 61ª Assembleia Geral da ONU, em 13 de dezembro de 2006, sendo, posteriormente, assinado e ratificado por diversos países em todo o mundo.

No Brasil, a ratificação da Convenção perante a ONU ocorreu em 1º de agosto de 2008⁵, mediante decisão do Congresso Nacional e do Presidente da República da época, que por sua vez, promulgou o Decreto 6.949/096, determinando o cumprimento dos termos da Convenção em todo o território nacional.

A partir deste momento, a definição de pessoa com deficiência adotada no país foi a mesma apresentada pela ONU, a saber:

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas⁶.

Um dos possíveis impedimentos sensoriais refere-se à diminuição ou perda de audição que acomete cerca de 1,2% dos 18,6 milhões de brasileiros com alguma deficiência¹. Inseridos neste segmento de pessoas com deficiência auditiva, existe uma parcela de indivíduos cuja principal forma de interação no mundo se dá por meio de uma língua visuogestual – a língua de sinais, denominada no Brasil de Língua Brasileira de Sinais (Libras) e reconhecida, depois de muitas décadas de luta, como forma de expressão e comunicação dos surdos pela Lei 10.436/2002 - a Lei de Libras⁷.

As principais barreiras com as quais as pessoas surdas se deparam são aquelas referente às barreiras na comunicação e na informação, sendo estas definidas pela Lei Brasileira de Inclusão⁸, como “qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação”. Alguns autores, ao considerar estas barreiras associadas ao surdo usuário de Libras, utilizam o termo “barreira linguística”⁹ ou “barreiras de comunicação”¹⁰, uma vez que o obstáculo reside em não considerar que a informação precisa ser veiculada por meio de uma outra língua. É a partir da linguagem que o sujeito participa das relações sociais¹¹; logo, a língua não se põe exterior à sociedade e ao se deparar com as barreiras, o sujeito encontra-se diante do sentimento de exclusão social, desrespeito à sua cultura e à sua língua^{10,12}.

Ao ratificar a Convenção, o Brasil se comprometeu em promover acessibilidade linguística às pessoas surdas por meio da oferta, por exemplo, de intérpretes profissionais⁵, mas o cenário que ainda se faz presente é de incipiente acessibilidade em todos os âmbitos da vida o que, consequentemente, limita ou impede o exercício com dignidade, autonomia e independência, de direitos humanos fundamentais de pessoas surdas, como o direito à cultura, à saúde, à educação, ao trabalho, entre outros.

No que se refere à cultura, no Brasil, desde 2003, ela passa a ser vista a partir de uma concepção tridimensional, servindo de base para a construção de políticas do Ministério da Cultura. Esse conceito considera a cultura nas suas dimensões *simbólica*, *cidadã* e *econômica*, e foi fundamental para o início de uma mudança profunda no foco das políticas culturais, até então voltadas prioritariamente para a cultura em sua dimensão *econômica*. Sobre a perspectiva *simbólica*, considera-se que ela:

Fundamenta-se na ideia de que a capacidade de simbolizar é própria dos seres humanos e se expressa por meio das línguas, crenças, rituais, práticas, relações de parentesco, trabalho e poder, entre outras. Toda ação humana é socialmente construída por meio de símbolos que, entrelaçados, formam redes de significados que variam conforme os contextos sociais e históricos¹³.

Se até então tínhamos políticas culturais voltadas sobretudo para as linguagens artísticas, essa concepção amplia significativamente a compreensão das atividades abraçadas pela área da cultura, considerando esse campo como transversal a todas as áreas (saúde, educação, meio ambiente e outras), uma vez que as relações sociais são sempre mediadas pela linguagem.

A dimensão *cidadã* traz a compreensão da cultura como um direito, inaugurando uma série de políticas afirmativas que visam possibilitar e ampliar o acesso à cultura por grupos minorizados. Assim, essas três dimensões, que incorporam visões distintas e complementares sobre a atuação do Estado na área cultural, inspiram-se nos direitos culturais e buscam responder aos novos desafios da cultura no mundo contemporâneo¹³.

Quando as barreiras linguísticas e comunicacionais se expressam na área da saúde podemos dizer que este direito humano fundamental se encontra ameaçado, pois qualquer prática de saúde torna-se difícil quando: 1) profissional e usuário têm línguas diferentes¹⁴ e 2) uma série de informações de saúde importantes para o autocuidado, para a promoção da saúde e prevenção de doenças, que são transmitidas pelos mais diversos meios de comunicação, a exemplo das que são veiculadas em campanhas de vacinação, de prevenção à HIV/AIDS, Dengue e, no período de pandemia de COVID-19, não chegam às pessoas surdas porque não foram traduzidas e interpretadas para a língua de sinais.

Em períodos de crise, como o que surge em decorrência da pandemia pelo SARS-CoV-2, os meios de comunicação ganham um protagonismo essencial, servindo tanto como transmissores de alertas e recomendações, como produtores de versões em que se identifiquem incongruências¹⁵.

Um importante meio cultural da comunicação audiovisual onde estas informações e outros conteúdos voltados ao entretenimento são veiculados, refere-se ao ambiente televisivo. A televisão, considerada um dos meios de comunicação de massa mais democratizado, de acesso fácil e rápido, serve não apenas para proporcionar deleite e entretenimento, mas também para agregar conhecimento através das informações que são compartilhadas¹⁵. A televisão é tão influente que se caracteriza como uma das principais mídias, apresentando um caráter antropofágico, pois absorve todas as formas de cultura, desde as artesanais até as mais eruditas, incluindo o cinema, jornais, documentários, teatros, entre outros¹⁶. Contudo, apesar disso, não são todas as pessoas que conseguem acessar seus conteúdos, a saber, o segmento populacional, cuja comunicação ocorre por meio da Língua de Sinais, no caso do Brasil, a Língua Brasileira de Sinais (Libras).

São raras as emissoras cuja programação se mostra acessível às pessoas surdas. Trata-se de um real descumprimento da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e seu Protocolo Facultativo⁴, e da Lei Brasileira de Inclusão – Lei 13.146/20158, que apresentam em ambos os documentos, no Art. 42 do capítulo IX, sobre o direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer, que

A pessoa com deficiência tem direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, sendo-lhe garantido o acesso (...)

II - a programas de televisão (grifo nosso), cinema, teatro e outras **atividades** culturais e desportivas em formato acessível.

Uma dissertação de mestrado¹⁷, cujo objetivo foi observar a experiência que as pessoas surdas têm com a mídia, na obra intitulada “Mídia Televisiva Sem Som” mostrou sua perspectiva como pessoa surda relacionada ao ambiente televisivo, afirmando que:

A compreensão de quem assiste aos programas televisivos se dá no caso do surdo, comparando-o com o ouvinte, de forma limitada, dificultando não só a compreensão do que está sendo enunciado, mas também proporcionando outras formas de leitura do que está sendo apresentado¹⁷.

Isto significa que a falta de acessibilidade pode gerar tanto um não entendimento, como uma compreensão equivocada do conteúdo veiculado, sendo que quando este equívoco ocorre em algo referente à saúde, pode haver graves consequências.

No contexto internacional, estudos^{18,19,20} também analisaram a acessibilidade comunicacional em ambiente televisivo para pessoas com deficiência.

Em um estudo¹⁸, a acessibilidade fornecida - legendagem -, exigia o uso do recurso em 90% das programações de canais públicos, mas não definiam regras para o cumprimento desse número. Assim, programas como publicidade, promoções culturais e patrocínios não eram acessíveis às pessoas surdas.

Outro estudo¹⁹ revelou que 60% dos participantes entrevistados referiram que o ambiente televisivo não é adequado para pessoas com deficiência auditiva. Segundo eles, apesar do meio digital ter grande potencial para inclusão dessas pessoas, os provedores de mídia ainda precisam atender às necessidades dos usuários surdos, disponibilizando mais serviços de intérpretes e legendas, haja visto que são essenciais para tal população.

Um terceiro estudo encontrado²⁰ analisou a acessibilidade do recurso de legendas no que diz respeito a sincronia entre legenda, áudio e vídeo. Eles constataram que isso também representa um problema para os telespectadores, já que a falta de sinergia entre esses itens gera uma consequente dificuldade entre a associação da legenda com outros recursos, como linguagem corporal e leitura orofacial.

Diante do exposto, objetiva-se analisar a acessibilidade para as pessoas surdas em ambiente televisivo e o acesso às informações de saúde por meio da televisão.

MÉTODOS

Trata-se de pesquisa qualitativa, tendo em vista que ela trabalha com o ser humano, incluindo sua história, valores, crenças, representações, hábitos, atitudes, aspirações e opiniões, sendo estes o resultado de como os humanos interpretam suas vivências²¹. A pesquisa qualitativa possibilita maior proximidade entre o pesquisador e o objeto pesquisado, além de se debruçar sobre a complexidade do fenômeno estudado em maior profundidade²².

Este tipo de abordagem metodológica busca identificar e problematizar as experiências dos indivíduos no mundo e como elas são por eles compreendidas e os significados que lhes são atribuídas. Pesquisas qualitativas buscam interpretar os fenômenos sociais - comportamentos e interações, e quais

os sentidos que as pessoas lhes atribuem, devendo o pesquisador questionar o senso comum ou ideias aparentemente cristalizadas²³.

Neste sentido, ao analisar a acessibilidade para as pessoas surdas em ambiente televisivo e o acesso às informações de saúde por meio da televisão, o que está em questão é o comportamento da pessoas surdas participantes da pesquisa frente a televisão a partir da presença ou da ausência de acessibilidade, bem como a eficácia deste meio de comunicação em garantir o direito à informação. Apesar do trabalho permitir a análise com foco apenas nos sujeitos entrevistados, evidenciando determinada realidade local, os resultados encontrados possibilitam certas considerações que podem ser extrapoladas para uma realidade nacional.

Dentre as variadas formas de coleta de dados, optou-se pela entrevista semiestruturada. Esta, por sua vez, permite que o pesquisador faça as perguntas pertinentes e necessárias à sua pesquisa, mas, ao mesmo tempo, abre espaço para que essas perguntas sejam relativizadas. Assim, durante a coleta, podem surgir informações não previstas pelo pesquisador, mas que auxiliam a compreender o objeto de forma mais detalhada e completa, visando a interpretação do mundo real com todas as características próprias do objeto ao qual se propõe estudar^{22,24}.

A aproximação dos pesquisadores com os possíveis participantes da pesquisa foi realizada, em primeira instância, por meio de contato pessoal de uma das participantes. A partir deste primeiro contato, os demais entrevistados foram sendo convidados por meio da técnica “bola de neve”. Essa técnica, bastante empregada em pesquisas qualitativas, se utiliza de redes de referência e indicações para encontrar pessoas que pertencem ao grupo de interesse. Para que seja possível usar essa técnica, é preciso de um primeiro contato inicial - denominado de semente, que será o intermediário e apontará pessoas que se encaixam no perfil procurado²⁵.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com dez participantes, divididos em dois grupos: 1) seis profissionais que trabalhavam há, pelo menos um ano, em emissoras locais, com sede e concessão em Campinas, sendo elas Emissora A, Emissora B, Emissora C e Emissora D. As emissoras têm transmissão em canal aberto e são afiliadas de emissora nacional possibilitando assim uma maior diversidade de público, exceto a Emissora D, que foi a única que não é afiliada à emissora nacional, mas foi inserida na pesquisa dada a relevância social que possui na cidade em que a pesquisa foi realizada. Nenhum dos profissionais contatados da Emissora E aceitou participar da pesquisa; 2) quatro pessoas surdas, maiores de 18 anos, com perda auditiva bilateral de grau severo e/ou profundo, que utilizam a Libras como principal forma de expressão, que possuía televisão em casa e que residia em Campinas ou região. O perfil dos entrevistados, identificados com nomes fictícios, pode ser visto nas Tabelas 1 e 2. Todos os participantes que aceitaram participar da pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Eles tiveram acesso a este documento escrito em Português e os participantes surdos, também puderam acessar seu conteúdo por meio da Libras, uma vez que todas as entrevistas foram mediadas por um profissional Tradutor Intérprete de Língua de Sinais. A pesquisa foi realizada mediante a formalização do aceite, seja pelo registro da assinatura no TCLE, seja pela manifestação de consentimento registrada em vídeo gravado da entrevista.

Participante, idade, tipo e grau da perda auditiva	Ocupação/trabalho	Idade que começou a usar Libras	Uso de AASI* e/ou IC**?
Emily, 28 anos, surdez neurossensorial, de grau profundo bilateral	Trabalha como pedagoga	7 anos	Sim, AASI
Tomas, 57 anos, surdez neurossensorial, de grau profundo bilateral	Técnico de operador de máquinas	20 anos	Não
Clarissa, 24 anos, surdez neurossensorial, de grau profundo bilateral	Estudante e professora de Letras Libras	2 anos	Não
Roberta, 32 anos, surdez neurossensorial de grau profundo bilateral	Ensino médio completo, trabalha na produção de armação em ótica	14 anos	Não

Quadro 1: Perfil dos participantes surdos

Legenda: *AASI – Aparelho de Amplificação Sonora Individual; ** IC - Implante Coclear

Participantes	Emissora - Função na emissora	Tempo que trabalha na emissora	Já trabalhou em outra emissora?
André	A - Jornalista/Editor de jornalismo	4 anos	Sim
Bruna	B - Coordenadora de produção, apresentadora e repórter	6 anos	Sim
Breno	B - Diretor de jornalismo	7 anos	Sim
Cristina	C - Chefe de redação	6 anos	Sim
Diego	D - Diretor de programações e linhas digitais	4 anos	Não
Douglas	D - Coordenador operacional de exibição	32 anos	Não

Quadro 2: Perfil dos participantes profissionais de emissoras de televisão

Na Região Metropolitana de Campinas, há 124.070 pessoas com deficiência auditiva, estratificados em: 7.374 não conseguem ouvir de modo algum; 22.158 ouvem com grande dificuldade e 94.538 ouvem com alguma dificuldade, segundo o último censo²⁶. Porém não há dados censitários que precisem o número de surdos usuários de Libras. Estima-se que estes estão concentrados nos dois primeiros estratos, que juntos somam 29.158 pessoas.

As entrevistas foram realizadas com o auxílio de dois roteiros de perguntas norteadoras, um direcionado aos profissionais e outro, às pessoas surdas. O primeiro roteiro era direcionado a como os jornalistas observavam o papel das emissoras na acessibilidade e informações de saúde e, depois, eram questionados sobre o funcionamento da acessibilidade dentro de sua emissora. Os entrevistados surdos eram questionados sobre as informações sobre saúde que chegavam até eles e como o ambiente televisivo se encaixava neste precursor de informação.

As entrevistas tiveram duração aproximada de 30 a 40 minutos e foram realizadas por meio de plataforma virtual Google Meet, gravadas e transcritas para posterior análise. As entrevistas com pessoas surdas contaram com a presença de intérpretes de Libras para mediar a comunicação entre entrevistador-entrevistado.

O diário de campo foi utilizado, em todo o transcorrer da pesquisa tendo, neste trabalho, a função de, por meio das anotações, colaborar na produção de dados e de transformar as observações provenientes da imersão no campo em conhecimentos e modos de fazer²⁷.

Para analisar os dados obtidos foi utilizado como técnica a análise de conteúdo²⁸, como sendo:

Um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens²⁷.

Existem vários tipos de análise de conteúdo, sendo a análise temática a mais adequada para pesquisas de cunho qualitativo em saúde²¹. A Análise Temática é realizada a partir da descoberta dos núcleos de sentido presentes em uma comunicação, em que os mesmos deverão ser observados quanto à presença ou frequência de seus aparecimentos²¹.

Entre as possibilidades de análise qualitativa, esta pesquisa se fundamenta numa análise temática da fala dos participantes entrevistados. O conceito de tema fundamenta-se numa concepção de ser o núcleo de uma determinada ideia, o que no caso de uma pesquisa empírica está presente no corpus das entrevistas gravadas, transcritas e analisadas. Portanto, esse recorte temático não está desvinculado de uma determinada unidade de contexto, que se fundamenta na perspectiva e no repertório de ideias presentes entre os entrevistados sobre o objeto da presente pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o objetivo de analisar a acessibilidade para as pessoas surdas em ambiente televisivo e o acesso às informações de saúde por meio da televisão foram entrevistadas pessoas surdas e profissionais de emissoras de televisão. A análise do conjunto do material obtido resultou nas seguintes categorias temáticas: A) A pessoa surda e a (falta de) acessibilidade na televisão, B) Televisão como veículo de acesso às informações gerais de saúde e sobre COVID-19 e C) Televisão como barreira às informações de saúde para pessoa surda, que serão apresentadas e discutidas a seguir.

A) A PESSOA SURDA E A (FALTA DE) ACESSIBILIDADE NA TELEVISÃO

Na visão dos surdos entrevistados, praticamente não há acessibilidade na televisão para a pessoa surda e a falta de acesso às informações noticiadas, bem como ao conteúdo de entretenimento é uma realidade vivida cotidianamente. Para eles, acessibilidade para pessoas surdas é sinônimo de Janela de Libras, ou seja, quando o conteúdo televisivo é traduzido e interpretado para Libras e transmitido no canto inferior da tela. Alguns autores⁹ expõem a necessidade da janela em Libras, declarando que “a janela em Libras é o recurso mais acessível para o Surdo, pois permite a ele ‘tradução simultânea da Língua Portuguesa para a língua de sinais’”, como podemos observar neste trabalho nos trechos a seguir:

“[...] se tivesse janela de Libras aí teria 100% (de acesso à informação). É o único recurso que eu conseguiria 100% de informação e acessibilidade é a janela (de Libras)” (Tomas, surdo 1).

“Ahh, por exemplo, quando fala sobre a “vacina”, “informações de ônibus” eu não entendo nada o que está falando [...] (por) que não tem acessibilidade, não tem Libras, precisava ter Libras. Eu pareço uma palhaça (assistindo a televisão)” (Roberta, surda 2).

“[...] Não tem janela de Libras, a maioria dos programas [...] a janela de Libras deveria ser obrigatória em jornal, novela, em tudo teria que ser obrigatória” (Emily, surda 5).

O conteúdo veiculado na televisão que os ouvintes têm acesso em tempo oportuno, os surdos relatam que só tomam conhecimento a posteriori, por meio de outros meios ou pessoas, como observado a seguir:

“[...] falta aí acessibilidade da janela de Libras, principalmente no jornal, anúncios importantes aí você sempre tem que ficar falando para o surdo a notícia, sempre fica sabendo depois [...] aconteceu alguma coisa e o surdo só fica sabendo no outro dia [...] acaba indo pro lugar e aí, perdeu a notícia. Então é importante (todos terem acesso às informações)” (Emily, surda 4).

A TV Cultura foi citada como uma das poucas emissoras, de abrangência nacional, que tem Janela de Libras, o que faz com que este fato atraia o público surdo, permitindo acesso aos conteúdos, como no trecho a seguir:

“Claro, quando tem na (TV) Cultura com intérprete eu vejo. Nos outros (canais de TV) eu até assisto, vejo que é da saúde, tá ruim (entender), mas é aquilo (assisto a transmissão) de qualquer jeito. Aí quando tá na Cultura eu presto atenção e pego essas informações” (Tomas, surdo 1).

Os jornalistas das emissoras locais entrevistados reconhecem a ausência da Janela de Libras na programação de onde trabalham e justificam que isso ocorre porque representaria um custo elevado para a empresa ou por “limitação técnica”, como relataram André, jornalista da Emissora A e Cristina, da Emissora C, nos trechos abaixo:

“Eu acho que impacta no bolso do empresário (a implementação da janela de Libras), porque o empresário vai ter mais funcionário né, por isso que eu acho que a tecnologia (de maneira geral dentro das emissoras) vai a favor do usuário que é o telespectador, né porque você também, em uma programação, que uma televisão tem vinte e quatro horas, é um funcionário que você teria de Libras 24h, é um custo muito alto para uma empresa [...]” (André, jornalista 1 da Emissora A).

“Não (nenhum programa produzido e transmitido nos últimos doze meses possui janela de Libras, nenhum. Acredito que isso (ocorre), que seja (por) limitação técnica mesmo, mas, por enquanto, não temos nenhum plano (de inserir janela de Libras)” (Cristina, jornalista 4 da Emissora C).

Um estudo²⁹ fez a mesma constatação e percebeu que, de maneira geral, a falta de investimento na implementação da janela de Libras, segundo as normas para sua realização, geraria grandes custos com profissionais, tecnologias, além da exigência de se repensar as formas e formatos visuais na televisão brasileira, tendo em vista a presença permanente da janela na tela.

André, jornalista 1 da Emissora A, ainda acrescenta que:

“No jornal não tem como (ter janela de Libras) e no nosso jornal, do “ao vivo”, nos gravados, nós não conseguimos fazer isso por causa da dinâmica né, do “ao vivo” [...]” (André, jornalista 1 da Emissora A).

Neste último trecho o jornalista justifica, de forma equivocada, que em situações “ao vivo”, como é o caso dos telejornais, não seria possível a inserção da Janela de Libras, demonstrando desconhecimento de uma das possíveis formas de atuação do profissional intérprete de Libras. Para viabilizar a Janela de Libras com tradução simultânea é preciso que a emissora tenha o profissional, em

estúdio, com acesso em tempo real ao programa ao vivo, por meio de uma televisão, filmado por uma câmera dotada de um sistema de transmissão que redirecione a imagem do intérprete diretamente para o canto inferior da tela onde o telejornal está sendo transmitido. Telejornais como da TV Cultura, do Canal TV Brasil e Emissora D, esta última uma das emissoras locais deste estudo, utilizam este recurso. Esta emissora, dentre as investigadas, foi a única que apresentou Janela de Libras na sua programação, como evidenciado no trecho a seguir:

“Eu acho que o primeiro ponto é ter Libras (para que as pessoas surdas, que são usuárias de Libras, sejam telespectadoras de uma emissora) [...] quando eu comecei lá atrás (a inserir a janela de Libras) é óbvio que eu focava em outros programa, então eu focava em programa de saúde [...] Mas, então, naquele primeiro momento, a gente foi buscando... inclusive ouvindo a comunidade surda, o que eles queriam que tivesse ali, num segundo momento quando a gente conseguiu ampliar, eu ponho Libras em tudo. Cabe ao surdo definir o que ele quer assistir, eu tenho desenho animado com Libras, desenhos animados que têm parcerias com produtores independentes [...] eu não sei se esse (é) o desenho que ela (criança surda) quer ver, mas é legal eu dar a opção para ela, eu ter a opção. E o que eu vejo é que tem uma demanda muito grande [...]” (Breno, jornalista 2 da Emissora D).

“[...] o maior sucesso que a gente teve em transmissão para surdos, foi as eleições, a nossa cobertura de eleições, em especial, a presidencial e tal, foi a única cobertura com 100% de Libras [...] foi impressionante o retorno (da comunidade surda), gente de fora do Estado assistindo. Porque daí não é uma cobertura local para presidente, para você ver como é um público carente de informação [...]” (Bruna, jornalista 2 da Emissora D).

Os jornalistas entrevistados também justificam que as emissoras cumprem o que é cobrado na legislação, como observado no trecho:

“A gente sempre é pautado pelas portarias, não é tanto de recursos de acessibilidade, audiodescrição. É pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, então a gente hoje a nossa programação, ela está 100% adequada às normas e diretrizes dessas portarias e dessa lei (Estatuto da Pessoa com Deficiência) [...]” (Diego, jornalista 5 da Emissora B).

Porém, o próprio Estatuto da Pessoa com Deficiência, citado pelo entrevistado, prevê a janela de Libras, como observado no capítulo II do acesso à informação e à comunicação. A sensação que dá é que o Estatuto da Pessoa com Deficiência não deixa clara a obrigatoriedade da janela de Libras e que as emissoras se valem desta brecha de interpretação. O mesmo não ocorre em relação a Lei nº 12.034/2009³⁰ que estabelece normas para as eleições prevendo que “a propaganda eleitoral gratuita na televisão deverá utilizar a Linguagem (sic) Brasileira de Sinais - LIBRAS (sic) ou o recurso de legenda, que deverão constar obrigatoriamente do material entregue às emissoras.”

Esta lei, apesar de existir desde 2009, tem sido progressivamente cumprida nas propagandas eleitorais. Um estudo⁹ cujo objetivo foi compreender o olhar discursivo do Surdo sobre os recursos acessíveis utilizados nas propagandas eleitorais do Mato Grosso, constatou que nas eleições do ano de 2014 nenhum dos eleitores Surdos entrevistados acreditou ter tido, de fato, acessibilidade linguística nas campanhas governamentais. Tal achado deve-se ao fato de que foi utilizado como recurso apenas as legendas escritas e esta não atende às demandas linguísticas ao considerar que nem todos os surdos têm amplo conhecimento da língua portuguesa.

“[...] a gente trabalha com ela (janela de Libras) somente [...] nas eleições, nos debates, nos debates políticos, das entrevistas, comerciais, que já vem das produtoras lá também, já vem com Libras, são obrigatórios, isso é obrigatório” (Douglas, jornalista 6 da Emissora B).

Os jornalistas não percebem que a ausência da Janela de Libras representa uma barreira linguística e comunicacional para as pessoas surdas, pois encaram que o closed caption, ou seja, o sistema de transmissão de legendas via sinal de televisão cujo conteúdo que está sendo transmitido de forma oral aparece escrito na parte inferior da tela, é um recurso que garante acessibilidade a esta população.

“[...] se você analisar [...] essas questões (de legenda e acessibilidade) sempre tem [...] em programas gravados e algumas TV's, as Smarts. Você já tem ali o sistema que aparecem as letrinhas ou o áudio também” (André, jornalista 1 da Emissora A).

“Ela foi uma das primeiras emissoras, isso até anterior à minha chegada aqui, o Douglas participou desse processo, ela foi uma das primeiras emissoras a produzir closed caption, 100% da sua produção local, não é? Então. Essa sempre foi uma preocupação da emissora [...] O que está ao nosso alcance? O que a gente consegue fazer e com qualidade, então a qualidade ela é sempre muito questionada. [...] A gente tem um trabalho de operação, não é de check list, que a gente chama aqui para ver se de fato estamos entregando com a qualidade é que o telespectador, (o) que a comunidade, é (o que) os surdos precisam para entender nossa informação. Então isso é uma, é uma preocupação séria, né?” (Diego, jornalista 5 da Emissora B).

Contudo, para os surdos o closed caption não representa uma acessibilidade verdadeira. Isto ocorre porque, em parte, a qualidade da legenda, quando existente, não é boa. Outro trabalho³¹ ressalta que a maior parte das emissoras pesquisadas, possibilita apenas o recurso do closed caption para sanar a acessibilidade para os surdos e que a qualidade deste recurso não é satisfatória na maioria das vezes, pois não apresenta um vocabulário adequado da língua portuguesa, de modo que nem sempre às informações transcritas são claras. Ainda acrescenta que o ideal para a completa compreensão dos surdos seria a presença da janela de Libras³¹.

“Mas uma legenda (em português escrito) muito errada, umas palavras desconstruídas desconexas eu falo “Mãe o que tá acontecendo com essa legenda?” Aí minha mãe fala, né? Ela explica o tema pra mim e a legenda não tem nada a ver” (Emily, surda 4).

Alguns jornalistas reconhecem que o closed caption possui limitações e que é preciso investir em tecnologia para que haja qualidade.

“[...] essa porcaria desse closed caption que só serve para o cara ligar no restaurante quando tá todo mundo falando para ver se as pessoas acompanham e não dá para você acompanhar direito” (Breno, jornalista 3 da Emissora D).

“[...] As informações são muito rápidas, você não tem como fazer isso (inserir o closed caption) [...] não tem como fazer (a legenda com qualidade)” (André, jornalista 1 da Emissora A).

“Hoje a gente tem uma plataforma[...] toda (uma) estrutura, toda a parte de equipamentos, ela fica aqui na TV. Então a gente fez esse investimento para que o tempo de resposta ele [...] seja praticamente imediato, [...] para que o reconhecimento da voz, da transcrição, ela seja fiel, não é?” (Diego, jornalista 5 da Emissora B).

Além das limitações técnicas do closed caption, outra razão para este recurso não garantir acessibilidade é porque muitos surdos não têm domínio do português e outros ainda nem foram alfabetizados, como é o caso das crianças, como pode ser visto a seguir:

“A gente perde muita informação, eu não consigo pegar completamente, então, por exemplo, eu sei que na Netflix tem a legenda e eu também perco algumas coisas né por causa de alguns vocabulários [...] só consigo (ter acesso a todas às informações) quando tem intérprete” (Tomas, surdo 1).

“Eu perco muita informação, precisava melhorar a acessibilidade [...] (as) crianças surdas, elas adoram os desenhos no caso do streaming da Disney elas não sabem ler ainda, então seria importante ter Libras. Eu presto bastante atenção porque, às vezes, não aparece legenda (escrita em português) aí eu pergunto para a minha mãe “Do que que eles estão falando?” Porque, às vezes, o meu pai se sente incomodado até de colocar legenda porque é bem confuso” (Emily, surda 4).

Diante disso, a necessidade de criação de uma lei específica - Lei Brasileira de Inclusão - evidencia que, tanto o fato da Constituição de 1988 pautar a inclusão das pessoas com deficiência, quando a perspectiva dos direitos culturais de 2003, ainda não foram suficientes para transformações significativas na disponibilização de instrumentos de acesso básicos, como a janela de Libras nas programações das redes de televisão, conforme evidenciado na pesquisa.

Seria necessário tanto a criação de mecanismos de financiamento que possibilitem os investimentos necessários em acessibilidade, quanto estratégias de fiscalização e cobrança por parte do poder público para que esses direitos sejam de fato assegurados e as legislações existentes possam efetivar-se em práticas de acesso amplas e contínuas, democratizando realmente o acesso à informação, fruição e produção de cultura pelas Pessoas com Deficiência e Comunidade Surda.

Para além do ambiente televisivo, lentamente, nessas duas últimas décadas, a presença de recursos como a tradução em Libras foi tornando-se mais comum e a palavra “acessibilidade” foi definitivamente incorporada no campo da produção cultural, tornando-se muitas vezes critérios de pontuação e/ou seleção de projetos que pleiteiam recursos públicos, seja através de ferramentas como editais abertos ou por leis de incentivo fiscal.

Dessa maneira, podemos dizer que a contribuição da perspectiva dos direitos culturais como base para a estruturação de políticas públicas contribuiu, sobretudo, para a legitimação e fortalecimento de discursos e movimentos que passaram a pressionar por mecanismos afirmativos voltados para necessidades específicas de inclusão de determinados grupos nas práticas culturais.

B) TELEVISÃO COMO VEÍCULO DE ACESSO ÀS INFORMAÇÕES GERAIS DE SAÚDE E SOBRE COVID-19

Vários autores^{32,33} procuraram se aprofundar no papel da televisão, em razão da demanda social que apareceu devido ao processo de globalização mais intenso nas últimas décadas. Estes autores salientam que a cultura audiovisual tem um poder incontestável na nossa sociedade, dentre eles as informações sobre saúde.

Os jornalistas entrevistados reconhecem o quão importante é a televisão enquanto veículo de informações seguras, dos mais variados tipos, sobre saúde, seja contemplando os temas como parte do conteúdo da programação, ou dedicando programas inteiros sobre saúde, como evidenciado nos trechos a seguir:

“Sim (a emissora possui algum papel na promoção da saúde das pessoas), porque a partir do momento que ela tem dois programas exclusivos de saúde e, ainda sim, diariamente ela repercute as questões da saúde no seu noticiário, ela tá cumprindo o seu papel de fazer toda a divulgação no que diz respeito a prevenção, a informação em relação a saúde. [...]” (Breno, jornalista 3 Emissora D).

“Sim (a emissora possui algum papel na promoção da saúde das pessoas) [...] a gente tem uma parte considerável da programação voltada para saúde das pessoas, [...]. É difícil você ter uma edição do jornal que não tenha assunto saúde [...]” (Cristina, jornalista 4 da Emissora C).

“Normalmente nós temos [...] informações de rádio News (informações veiculadas na televisão), como que tá a ocupação de leitos, agora que tá com a Covid a gente acompanha muito de perto as lotações de hospitais; os próprios telespectadores costumam mandar vídeos pra gente [...] informações pontuais, de Covid, lotação de hospital, agora também a campanhas de vacinação estamos acompanhando de perto [...]” (Bruna, jornalista 2 da Emissora D)."

“Especificamente aqui na nossa região a gente tem um público de maior idade [...] a Emissora B tem essa característica mesmo de trabalhar as dicas de saúde, receitas saudáveis [...]” (Diego, jornalista 5 da Emissora B).

“A gente (tem) como papel, [...] (ter) uma conexão fundamental com a população, a gente usa as nossas redes sociais e o nosso zap (WhatsApp da Emissora A) que é onde chegam as reclamações das pessoas [...] Sim Sim (considero que a televisão tem um papel essencial para transmitir a informação)” (André, jornalista 1 da Emissora A).

Na pandemia de Covid-19, este papel ficou ainda mais evidente, sendo a televisão, especialmente os telejornais, importantes fontes de informação sobre a pandemia, mecanismos de transmissão, medidas de prevenção, adoção de ações e políticas públicas por parte dos municípios, estados e governo federal; sobre vacinas, dentre tantas outras informações úteis e pertinentes à população durante o contexto pandêmico.

A televisão é, portanto, um importante meio por onde podem ser adotadas estratégias de promoção da saúde e de prevenção de doenças, uma vez que seus conteúdos são formadores de opinião, com potencial de que, quem assiste, mude hábitos e estilo de vida, bem como adote práticas de autocuidado a partir das informações pelas quais se teve acesso. Portanto, é de extrema relevância que determinados conteúdos cheguem a um grande número de pessoas, incluindo aquelas que se comunicam pela Libras, especialmente num país onde o sistema público de saúde enfrenta graves dificuldades em ser universal, integral e equânime.

Segundo uma pesquisa realizada por profissionais do Hospital Israelita Albert Einstein sobre a “Exposição às informações sobre COVID-19 em mídias digitais e suas implicações para funcionários do setor de saúde: resultados de uma pesquisa on-line”³⁴, cujo objetivo foi estimar o consumo de informações relacionadas com a Covid-19 e seus efeitos em profissionais da saúde durante a pandemia, destacou que entre os entrevistados, cerca de 90,1% das pessoas acessaram às informações sobre COVID-19 nos canais de mídia (televisão e rádio)³⁵.

Simultaneamente, com o advento da banda larga e da Web 2.0, observamos que os processos de interação entre os meios e os consumidores têm se transformado radicalmente, ganhando as mídias sociais como WhatsApp, Facebook, Twitter, Instagram, Pinterest com cada vez mais espaço na vida das pessoas.

O contexto pandêmico, associado ao protagonismo e disseminação dos meios de comunicação, deu origem ao que a Organização Mundial da Saúde (OMS) definiu como infodemia, ou seja, um excesso de informações frágeis, inseguras e literalmente falsas (fake news) sobre um mesmo problema, associada a buscas reativas permeadas pelo medo, dificultando a adoção de soluções³⁶.

Sobre as Fake News, uma pesquisa desenvolvida pelo Instituto Reuters³⁷, que se debruçou sobre 225 alegações falsas sobre o coronavírus, identificou que 88% delas foram provenientes de plataformas de mídia social, 9% da televisão e 8% em veículos de notícias. Estes dados apontam que a televisão, ainda que não esteja livre de equívocos, se configura como importante e confiável meio de comunicação quando comparado a outras mídias e tem importante papel no combate às fake news, como disse a entrevista da Emissora D:

“Sim (a emissora tem algum papel na promoção de saúde das pessoas), principalmente agora na pandemia acho que é um fator fundamental, a gente também tem esse papel de combate às fake news né, falar abertamente sobre a covid, sobre a vacinação [...]” (Bruna, jornalista 2 da Emissora D).”

“De promoção de saúde [...] no início da pandemia, [...] e a gente trabalhou com um conceito desmistificando (a COVID-19) [...] Quando você entra na questão de fake news, é...a gente trabalha nessa desmistificação[...] (Nosso papel) É promover, na nossa região, informar nossa região [...]” (Diego, jornalista 5 da Emissora B).

Se a população de uma forma geral está sujeita aos danos que as notícias falsas podem acarretar, pessoas surdas são ainda mais sujeitas e vulneráveis a elas, uma vez que possuem acesso restrito a meios mais seguros, como a televisão, dada a ausência de acessibilidade em língua de sinais.

Outra estratégia que foi utilizada no combate às fake news foi o aumento do tempo de duração dos telejornais para transmissão de informações sobre saúde³⁵ e também da quantidade de conteúdo, especificamente sobre COVID-19, veiculado durante esta programação.

“Temos (um quadro específico sobre a saúde em geral dentro do telejornal). Antes da pandemia nós já tínhamos quadros durante a semana, de dicas de saúde [...] (eram) quadros que se criam, de temas de interesse do nosso público [...], lógico que com a chegada dessa pandemia intensificou-se a questão da saúde, né? O problema é nacional, estadual e regional e a gente, até hoje, cobre a chegada da, principalmente, [...] das vacinas [...]” (André, jornalista 1 da Emissora A).

C) TELEVISÃO COMO BARREIRA ÀS INFORMAÇÕES DE SAÚDE PARA PESSOA SURDA

Na análise de resultados sobre a televisão como barreira às informações de saúde para a pessoa surda, percebe-se que não há muitos exemplos de surdos declarando sobre sua compreensão nas informações sobre COVID-19 transmitidas na televisão por falta de acessibilidade, visto que, todos os entrevistados surdos relataram que à qualquer dificuldade pediam ajuda aos familiares e amigos.

Os surdos possuem maior probabilidade de receber informações dentro da comunidade surda que por meio de mídias sociais e profissionais da saúde devido às barreiras linguísticas³⁸. Os surdos entrevistados apresentam esta realidade, como pode ser vista nos relatos:

“Ahh algumas dúvidas né, mas mais em questão às opiniões de pessoas. Aí eu fui diretamente às pessoas que eu confio e perguntei (sobre o Covid-19)” (Tomas, surdo 1).

“Sempre no Google, sempre pesquiso no Google “O que é? Como é? Como faz da melhor maneira pra me proteger?” [...] para poder (ver) as prevenções [...] eu busco as informações no Google. A internet ajuda

muito sim, se dependesse só da TV[...]. Lá eu consigo ler, imagina se lá eu não tivesse internet? E aí como que funcionaria? O impedimento seria pior para o desenvolvimento” (Emily, surdo 4).

“[...] minha mãe tinha me dado um resumo (sobre a covid-19), mas eu não tava entendendo (o que estava sendo transmitido na televisão). Aí uma amiga me explicou e eu entendi a gravidade (da pandemia de coronavírus)” (Roberta, surda 2).

Diante da dificuldade de acessar informações por meio da televisão, as pessoas surdas acabam recorrendo aos familiares para pedir-lhes esclarecimentos sobre o que é noticiado. A pesquisa intitulada “Conhecimento e fonte de informações de pessoas surdas sobre saúde e doença”¹⁰, traz a família como uma grande fornecedora de informações sobre saúde. Na presente pesquisa foi possível observar o mesmo, como nos trechos a seguir:

“Sou curioso e depois eu pergunto para a minha filha ou para alguém, guardo ou memorizo uma palavra ali e pergunto: o que que tá acontecendo (na televisão)?” (Tomas, surdo 1).

“Às vezes (eu assisto televisão), porque eu não consigo entender, né? Fico sem entender, só vejo a movimentação, pergunto “Mãe que que tá falando? Traduz”. Aí minha mãe faz aquela cara, na verdade quando tem legenda eu consigo acompanhar, por conta [...] do português e o vocabulário bom” (Emily, surda 4).

“Foi através da minha mãe, minha mãe que me explicou eu falei “o que é isso? coronavírus eu não tô entendendo, eu tinha acabado de começar a trabalhar” eu trabalhava com ouvintes que sabiam um pouco de Libras eu falava “O que que tá acontecendo?” (Roberta, surda 2).

Observou-se nos relatos que a família torna-se, muitas vezes, a fonte fornecedora das informações, na medida em que ela é questionada e demandada pelo membro surdo, que pede esclarecimentos e acesso aos conteúdos televisivos desprovidos de acessibilidade linguística.

Todavia, apesar desse papel feito pelas famílias, é importante ter em vista que essa função estende-se também aos profissionais de saúde, por meio do esclarecimento das informações veiculadas na televisão e outras demandas, na tentativa de atenuar as barreiras de acesso à informação¹⁰.

Profissionais ao concederem entrevistas, participar de debates, dentre diversos tipos de programas devem orientar que o conteúdo necessita ser veiculado de forma acessível. As emissoras, por sua vez, têm, não apenas o papel, mas o dever de transmitir informações acessíveis em Libras, assegurando às pessoas surdas o direito de acessar as mesmas informações que a população ouvinte, deixando a família de ser responsável, para ser um auxílio quando necessário.

Este estudo contribui para o debate acerca da acessibilidade no ambiente televisivo uma vez que dá visibilidade a uma problemática pouco abordada, sentida exclusivamente pelas pessoas surdas, que se sentem à margem das informações circulantes na sociedade e impotentes diante do status quo.

CONCLUSÃO

Após ampla pesquisa e entrevistas realizadas, conclui-se que a acessibilidade para as pessoas surdas em ambiente televisivo é escassa, o que destaca uma lacuna informacional na vida destas pessoas que estão postas à margem da sociedade, principalmente, quando colocado em pauta o acesso à

televisão como meio cultural, com ênfase para as informações de saúde, tão relevantes em períodos como o vivido durante a pandemia de COVID-19.

A quase inexistência de acessibilidade linguística na televisão é reflexo de uma sociedade que exclui e invisibiliza as pessoas surdas nos diversos âmbitos da sociedade. É na televisão, no cinema, no teatro, na consulta médica e em muitos outros lugares que a acessibilidade não existe ou é incipiente.

Para que esse cenário mude é necessário: fiscalização para o cumprimento da legislação que prevê que a pessoa surda seja cidadã com os mesmos direitos que qualquer pessoa ouvinte; incremento de políticas públicas específicas, nos diversos setores da sociedade, com previsão orçamentária e obrigatoriedade de acessibilidade em Libras; aumento dos cursos de graduação de Letras-Libras, de pós-graduação em Libras e o Exame de Proficiência em Libras, para que mais pessoas se tornem aptas ao exercício da profissão e de que os surdos estejam menos sujeitos à interpretação de má qualidade; e ensino de Libras nos diversos cursos de graduação para que profissionais de diversas áreas sejam sensíveis às necessidade e aos direitos da pessoa surda.

Especificamente no ambiente televisivo, é preciso que as emissoras de TV, tanto as geradoras, quanto as afiliadas, planejem e destinem orçamento para a contratação de tradutores intérpretes de língua de sinais (TILS) e que isto seja cobrado pelo poder público.

Com o avanço da tecnologia e a popularização dos meios de comunicação digitais, urge a necessidade de mais estudos que pesquisem a acessibilidade para pessoas surdas em ambiente televisivo, sobretudo quanto à qualidade dos recursos de acessibilidade e suas formas de oferecimento. Assim, abrem-se caminhos para futuras pesquisas no que diz respeito aos impactos da falta de acessibilidade às informações na autonomia dos indivíduos, nos diferentes domínios de suas vidas. Ainda, é válido aprofundar-se nos fatores que levam as emissoras ao descumprimento de normas e leis já estabelecidas, bem como pensar em possibilidades de reorganização da dinâmica atualmente estabelecidas por essas emissoras.

REFERÊNCIAS

1. IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD Contínua) 2022: Pessoas com Deficiência. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102013_informativo.pdf.
2. OPAS: Organização Pan Americana de Saúde. Saúde auditiva. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/saude-auditiva>.
3. Pereira LB. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e Justiça: novos contornos das necessidades humanas para a proteção social dos países signatários [tese]. Brasília: Universidade de Brasília; 2013.
4. New York. United Nations Treaty Collection. 13 december 2006, nº 44910. Convention on the Rights of Persons with Disabilities [Internet]. New York; 2006. Disponível em: <https://treaties.un.org/pages/viewdetails.aspx>.
5. Brasil. Decreto nº 186, de 09 de julho de 2008. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007 [Internet]. Diário Oficial da União. 2008 jul. 09. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/congresso/dlg/dlg-186-2008.htm.
6. Brasil. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007 [Internet]. Diário Oficial da União. 2009 ago. 25. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm.

7. Brasil. Presidência da República, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências [Internet]. Brasília, DF; 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm.
8. Brasil. Presidência da República, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n. 13.146 de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) [Internet]. Brasília, DF; 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm.
9. Xavier PAMH, Pereira APS, Xavier AM. A acessibilidade linguística para os surdos nas propagandas eleitorais televisivas no governo de Mato Grosso. *Revista Ecos*. 2018;24(1):394-421. <https://doi.org/10.30681/23163933v24i01394421>.
10. Oliveira YCA, Celino SDM, França ISX, Pagliuca LMF, Costa GMC. Conhecimento e fonte de informações de pessoas surdas sobre saúde e doença. *Interface: Comunicação, Saúde e Educação (Botucatu)*. 2015;19(54):549-556. <https://doi.org/10.1590/1807-57622014.0265>.
11. França L. Letramento no processo de legitimação da educação inclusiva em Timor-Leste. *Cadernos de Linguagem e Sociedade (Brasília)*. 2023;23(1):329-347.
12. Oliveira PCT. Comunicação no atendimento/assistência em saúde de pessoas surdas: revisão integrativa da literatura [dissertação]. Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo - USP; 2020. <https://doi.org/10.11606/D.22.2020.tde-18092020-110815>.
13. IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Texto-base da Conferência Nacional de Cultura. Brasília; 2011. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Cultura_II/texto_base_2_conferencia_cultura.pdf
14. Vianna NG, Marques JGT. O agir militante em um projeto de extensão com a comunidade surda. *Revista UFG (Goiânia)*. 2020;20(26):1-24. <https://doi.org/10.5216/revufg.v20.66725>.
15. Vasconcellos-Silva PR, Castiel LD. Covid-19, as fake news e o sono da razão comunicativa gerando monstros: a narrativa dos riscos e os riscos das narrativas. *Cadernos de Saúde Pública (Rio de Janeiro)*. 2020;36(7):1-12. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00101920>.
16. Santaella L. Culturas e artes do pós humano: da cultura das mídias à cibercultura. 1. ed. São Paulo: Paulus; 2003.
17. Reichert AR. Mídia sem som [dissertação]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 2006.
18. Rander A, Looms PO. The accessibility of television news with live subtitling on digital television. *ACM Digital Library*. 2010:155-160. <https://doi.org/10.1145/1809777.1809809>.
19. Samčović A. Accessibility of services in digital television for hearing impaired consumers. *The Official Journal of Resna*. 2022;34(2):232-241. <https://doi.org/10.1080/10400435.2020.1757786>.
20. García-Prieto V, Figueroa-Benítez JC. Accesibilidad de los contenidos televisivos para personas con discapacidad: limitaciones y propuestas de mejora. *Revista Contratexto*. 2022;38:289-311. <http://dx.doi.org/10.26439/contratexto2022.n038.5779>.
21. Nunes ED. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. *Revista Ciência e Saúde Coletiva (São Paulo)*. 2007;12(4):1087-1088. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232007000400030>.
22. Cardano M. Manual de pesquisa qualitativa: a contribuição da teoria da argumentação. 1. ed. Petrópolis: Editora Vozes. 2017: 23-220.
23. Pope C, Mays N. Pesquisa qualitativa na atenção à saúde. 3. ed. Porto Alegre: Artmed. 2009:1-172.
24. Oliveira CL. Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e características. 4. ed. *Revista Travessias (Paraná)*. 2008:1-16.
25. Bockorni BRS, Gomes AF. A amostragem em snowball (bola de neve) em uma pesquisa qualitativa no campo da administração. *Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR (Umuarama)*. 2021;22(1):105-117. <https://doi.org/10.25110/receu.v22i1.8346>.

26. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico. IBGE, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>.
27. Nascimento ML, Lemos FCS. La investigación-intervención en psicología: los usos del diario de campo. In: Plata MG, del Río N, Falleti V, Scheinvar E. Análisis Institucional: Diálogos entre Francia y Brasil. 1. ed. México: D.R.2022:89-103.
28. Bardin L. Análise De Conteúdo.1. ed. Lisboa, Portugal: Edições 70 Editora; 1977.
29. Goerck CS, Areosa SVC. Implementação da política de acessibilidade comunicativa: o segmento televisivo em canais abertos de veiculação estadual. Intercomunicação: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação (São Paulo). 2021;44(2):215-232. <https://doi.org/10.1590/1809-58442021212>.
30. Brasil. Presidência da República, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 12.034 de 29 de setembro de 2009. Altera as Leis nos 9.096, de 19 de setembro de 1995 - Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral [Internet]. Brasília, DF; 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12034.htm.
31. Lima BSCA, Rodrigues SR, Feitosa DS, Paixão ED, Filho FCA, Filho JBAO. Análise do surdo diante a comunicação televisiva: recorte para o closed caption e janela de Libras. Portal Intercom: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Fortaleza). 2017:1-13.
32. Paschoal SBN. O ser e o tempo do audiovisual: diálogos entre território e cultura. Rumores (São Paulo). 2011;5(9):1-8. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-677X.rum.2011.51227>.
33. Pires EG. A experiência audiovisual nos espaços educativos: possíveis interseções entre educação e comunicação. Educação e Pesquisa (Brasília). 2010;36(1):281-95. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022010000100006>.
34. Bazán PR et al. Exposição às informações sobre COVID-19 em mídias digitais e suas implicações para funcionários do setor de saúde: resultados de uma pesquisa on-line. Hospital Israelita Albert Einstein (São Paulo). 2020;18:1-9. https://doi.org/10.31744/einstein_journal/2020AO6127.
35. Lacerda JS, Roncalli A. Jornalismo e conhecimento: a divergência dos dados da covid-19 divulgados via imprensa nacional e SESAP-RN. SciELO (Rio Grande do Norte). 2020:2-25. <http://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.1141>.
36. Sabino JLMF, David-Silva G, Pádua FLC. O potencial da imagem televisiva na sociedade da cultura audiovisual. Intercomunicação – Revista Brasileira de Ciência e Comunicação (São Paulo). 2016;39(2):65-80. <https://doi.org/10.1590/1809-5844201625>.
37. Brennen JS et al. Tipos, fontes e reivindicações das informações da COVID-19. Reuters Institute (Oxford). 2020:1-13.
38. Kritzinger J. Exploring the barriers and facilitators to health care services and healthcare information for deaf people in Worcester [thesis]. South of Africa: Stellenbosch University; 2011.